

**Luiz Belmiro Teixeira**

**Julio Cesar Gonçalves da Silva**

# **Bolsonarismo e necropolítica**

**Administração da morte e  
gerenciamento da pandemia  
da Covid-19 no Brasil**



# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
-------------------	-----------

## Parte 1 O Estado brasileiro como administrador da morte

<b>Capítulo 1</b>	
<b>Da biopolítica à necropolítica</b>	<b>19</b>
Uma história dos direitos	28
Administração da morte	36
Sociedade de controle e poder administrativo	43
Necropolítica e bolsonarismo	47

<b>Capítulo 2</b>	
<b>A necropolítica bolsonarista</b>	<b>53</b>
Mortes desnecessárias	55
Militância anti-isolamento social	60
Negacionismo como tática	68
O Kit Covid	72
O movimento antivacina	83
Desvelando a narrativa bolsonarista	92
A centralidade da morte	101

## Parte 2 Gerenciamento da pandemia

<b>Capítulo 3</b>	
<b>O Brasil em meio à pandemia</b>	<b>113</b>
A necropolítica bolsonarista e a gestão da pandemia no Brasil	117
O gerenciamento da pandemia	122
A instituição do “novo normal”	126
As secretarias de saúde gerindo a pandemia	132

Subnotificação na RMC	135
Gerenciamento de leitos hospitalares na RMC	138
A subnotificação como ferramenta de gerenciamento	140
O "sistema de bandeiras" como modelo de gerenciamento para todo o Brasil	149
O gerenciamento pelo sistema de bandeiras em Curitiba	153
O gerenciamento no Brasil: da estabilidade ao caos	157
Gerenciamento dos leitos de hospitais	161
A vacinação como instrumento de gerenciamento	164
A Covid-19 e a questão da desigualdade social	169
Covid-19, necropolítica e as questões de gênero e raça no Brasil	179

## **Capítulo 4**

### **As linhas do tempo das capitais**

Manaus	190
Cuiabá	201
São Luís	207
Rio de Janeiro	214
São Paulo	227
Curitiba	237
Considerações gerais	249

## **Conclusão**

### **253**

## **Referências bibliográficas**

### **259**

## **Sobre os autores**

### **263**

# INTRODUÇÃO

Quem decide sobre a vida ou a morte no Brasil contemporâneo? Fazemos esta pergunta diante dos mais de 500 mil óbitos provocados pela Covid-19 no país, o que nos coloca entre os maiores impactados pela pandemia do novo coronavírus em todo o mundo. Enquanto outros países, como os distantes Nova Zelândia e Coreia do Sul, ou o vizinho Uruguai, não mediram esforços para adotar o lockdown a fim de conter o ritmo da transmissão, e conseguiram manter sob controle o avanço da doença em seus territórios, nossos governantes optaram por estratégia diametralmente oposta. Em nome da preservação da economia se evitou a todo custo adotar medidas mais restritivas de isolamento social, com o Governo Federal se recusando a implementar uma política nacional de enfrentamento da crise sanitária.

As declarações e atitudes do Presidente Jair Bolsonaro desde a confirmação dos primeiros casos tem oscilado entre o negacionismo e o desprezo: chamou a Covid-19 de “gripezinha”; se recusou a usar máscara em público; promoveu aglomerações; recomendou a utilização de remédios sem eficácia comprovada; convocou os cidadãos a deixarem de ser “maricas”. Embora tenha se inspirado em líderes internacionais como Donald Trump (EUA) e Boris Johnson (GB), devemos reconhecer que Bolsonaro foi mais firme em seu posicionamento do que os ícones da nova direita mundial, mesmo com o país batendo sucessivos recordes de novos casos e de mortes não recuou em sua postura ou retirou suas palavras ofensivas.

A verve do “Capitão” é conhecida desde os mandatos como deputado federal, no entanto, se naquela época lhe rendia o rótulo de “polêmico”, uma vez no mais alto posto da política nacional esta característica tão marcante só fez aprofundar a crise em que seu governo está mergulhado desde a posse. Entrou em rota de colisão com os governadores que propunham o isolamento social como principal medida de enfrentamento, elegendo como maiores adversários aqueles à frente dos dois estados mais ricos do país (RJ e SP), chegou a tentar intervir na atuação dos estados

da federação através da Medida Provisória nº926/2020, que estabelecia que somente as agências reguladoras federais poderiam editar restrições à locomoção. Batalha da qual acabou saindo derrotado, quando Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma unânime que governadores e prefeitos possuíam autonomia para determinar restrições à locomoção das pessoas em Estados e municípios.

Após o episódio fez questão de comemorar cada pequena vitória, principalmente contra seu maior desafeto, o Governador de São Paulo João Dória (PSDB), o tratando como adversário direto nas eleições presidenciais de 2022. Em uma de suas *lives* semanais afirmou que Dória deveria “procurar outro” para pagar a vacina comprada junto aos chineses, e nas redes sociais fez questão de comemorar a suspensão pela Anvisa dos testes da mesma vacina após a morte de um dos voluntários: “Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”.

Os únicos que receberam afagos foram seus apoiadores, a quem garantiu que independente da vacina que fosse aprovada e comprada, ninguém seria obrigado a tomá-la, num aceno ao movimento antivacina que se espalhou em sua base de seguidores. E na divulgação do plano nacional de imunização fez questão de afirmar que ele próprio não tomaria a vacina, se colocando como garoto propaganda negacionista. Imprensa, oposição, cientistas e ativistas de diversas pautas reagiram demonstrando indignação, editoriais condenando sua postura foram enfáticos, notas de repúdio foram escritas às centenas, e proliferaram pedidos de impeachment assinados pela sociedade civil e/ou partidos políticos.

Apesar de passarem de 50 pedidos o presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia (DEM), simplesmente ignorou sua existência, e semanalmente deu entrevistas e fez pronunciamentos em tom “presidencial”, opinando sobre política e economia, além de criticar abertamente Bolsonaro e seus ministros. Aproveitando-se da inércia, e da ausência dos movimentos sociais nas ruas devido à pandemia, o “Capitão” não apenas se manteve na presidência como surpreendentemente experimentou um aumento em sua taxa de aprovação, e arregimentou uma parcela de 20% do eleitorado que defende com unhas e dentes suas propostas e valores, o colocando como forte candidato à reeleição em 2022. Demonstrando habilidade política, recompôs sua base aliada no congresso nacional, e em 2021 venceu a disputa tanto no Câmara (com Arthur Lira – PP Alagoas)

quanto no senado (com Rodrigo Pacheco – PSD Minas Gerais), afastando de vez a possibilidade de abertura de processo de impeachment.

Uma base fiel de seguidores nunca o abandonou nas redes sociais e nas ruas, e conseguiu colocar debaixo do mesmo guarda-chuva movimentos sociais existentes na sociedade brasileira há décadas, sob o que se convencionou chamar de “bolsonarismo”, que procuramos definir com mais precisão nas próximas páginas. Este livro nasce com o objetivo de discutir como a gestão extremista conduziu o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus em nosso país, propondo pensarmos o lugar que a vida e a morte ocupam no Brasil contemporâneo.

Para responder nossa pergunta inicial devemos levar em conta estes elementos conjunturais, somando a eles outros de ordem teórica, nos inserindo nos debates que vem sendo travados acerca dos impactos da pandemia do novo coronavírus. Alguns não hesitam em concluir que o Governo Bolsonaro é genocida, pois suas ações seriam responsáveis por condenar à morte milhares de brasileiras e brasileiros, o que seria mais do que suficiente para indiciar o Presidente criminalmente. Um conceito elaborado por Achille Mbembe (2018) tem sido frequentemente utilizado para definir a política em curso em nossas terras, “necropolítica”, num esforço para enquadrar discurso e prática do atual governo sob uma mesma lógica.

Mas a morte enquanto política é algo exclusivo ao “bolsonarismo”? E quanto à atuação dos demais poderes e governantes das três esferas (federal, estadual e municipal) no enfrentamento à pandemia? Podemos isentá-los de responsabilidade pela perda de milhares de vidas em questão de meses? Acreditamos que o central é identificarmos um sentido para as políticas públicas implementadas durante a emergência do novo coronavírus, verificando em que medida elas foram eficientes para conter ou aprofundar a crise humanitária que teve início em 2020 e adentrou 2021.

Para organizar nossa explanação a fim de responder estas perguntas organizamos nosso trabalho em duas partes, divididas em quatro capítulos. Na primeira, intitulada “O Estado brasileiro como administrador da morte”, trazemos um capítulo que discute a trajetória da consolidação dos direitos no Brasil, localizando a política “bolsonarista” e a Covid-19 em meio a uma história de desigualdades, violações, massacres e genocídios. Evitamos assim aderir de forma precipitada e equivocada a um autor em evidência, simplesmente transportando seus conceitos para nosso

contexto sem o devido cuidado, pois devemos ir além da compreensão do papel assumido pelo atual governo nesta conjuntura caótica. E fechando a primeira parte o segundo capítulo analisa a atuação de Jair Bolsonaro à frente do governo federal durante a pandemia, procurando identificar suas estratégias de atuação em meio à crise que vivemos, para compreender o lugar que morte ocupa em seu discurso e prática, e assim elucidar seu projeto político, avaliando em que medida se aproxima ou distancia da “necropolítica” como forma de exercer o poder. A segunda parte, “O gerenciamento da pandemia”, começa no terceiro capítulo, com um balanço das políticas públicas de enfrentamento à pandemia implementadas no país, avaliando sua efetividade com base em dados que demonstram a evolução da pandemia desde a confirmação dos primeiros casos, resultado do trabalho de monitoramento de políticas públicas desenvolvido pelo grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais e Desenvolvimento Urbano (PDUR-PPGSOCIO UFPR), ao qual somos vinculados como pesquisadores. Além dos dados estatísticos apresentamos um instrumento de monitoramento desenvolvido por nosso grupo, a linha do tempo das políticas públicas, que localiza as principais medidas adotadas e seu impacto no combate à Covid-19, neste capítulo apresentamos a linha do tempo de Curitiba. E no derradeiro capítulo de nossa obra trazemos as linhas de mais cinco capitais estaduais e suas respectivas cronologias recuperadas com nossa ferramenta, verificando a validade de nossa hipótese sobre o enfrentamento da pandemia no país, de que este se configurou como um “gerenciamento da pandemia”, por meio de medidas legais e administrativas que visavam preservar a economia em detrimento das vidas dos cidadãos brasileiros.

As três partes desta obra podem ser vistas como três ensaios que dialogam entre si, passíveis de serem lidos de forma independente, mas que se complementam e conjuntamente atingem um nível de compreensão mais aprofundado do objeto tratado. Os consideramos mais provocativos do que conclusivos, capazes de suscitar debates e incitar reflexões sobre o poder, a pandemia, e a fragilidade da vida em um país marcado profundamente pela desigualdade.